

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Teoria das Relações Internacionais e a dimensão espacial extraterrestre

RENATHA VICTÓRIA DOS SANTOS SABINO

SÃO
CRISTÓVÃO
2022

RENATHA VICTÓRIA DOS SANTOS SABINO

Teoria das Relações Internacionais e a dimensão espacial extraterrestre

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco.

SÃO
CRISTÓVÃO

2022

RENATHA VICTORIA DOS SANTOS SABINO

Teoria das Relações Internacionais e a dimensão espacial extraterrestre

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe, como um dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco (orientador/UFS)

Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro (examinador/UFS)

Prof. Dr. Geraldo Adriano Godoy de Campos (examinador/UFS)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Visões sobre o conceito de Teoria	21
---	----

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a aplicação de conhecimentos da área de Relações Internacionais para a teorização da exploração espacial compreendendo as limitações conceituais dos objetos de estudos. A proposta inclui a introdução de perspectivas consideradas usualmente como periféricas para o debate, visando sinalizar a importância das teorias marginalizadas para a discussão, principalmente em temas como colonização. Para isso, este trabalho utilizará da revisão sistemática bibliográfica para exposição e aplicação das pesquisas já existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria das Relações Internacionais; Space Power; Exploração Espacial; Pós-Colonial; Feminismo

SUMÁRIO

RESUMO	5
INTRODUÇÃO	7
INDIVÍDUO, HISTÓRIA E ESPAÇO	12
TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	21
TRI E ESPAÇO	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

INTRODUÇÃO

“O espaço é infinito. Cem bilhões de galáxias estão à nossa espera. Talvez mais”. Em *A última pergunta*, Isaac Newton (1956) põe em evidência a infinitude do espaço. O tema tem ligação direta com a existência humana. Desde a origem da humanidade, antes mesmo do que se conhece como ciência, os seres humanos falam sobre a vida fora da Terra. Os pré-socráticos observavam o cosmo e acreditavam que lá estava a origem da vida. A história da filosofia é paralela ao entendimento do *espaço* que se relaciona à compreensão da vida.

Por muito tempo, sair da superfície terrestre era um sonho. A humanidade possui uma fixação pelo desenvolvimento da tecnologia e isso aproxima o indivíduo do espaço extraterrestre¹, como mostra a literatura. Júlio Verne em 1865 publicava sua primeira edição do Livro *Da Terra à Lua* em que escreve:

Nós iremos à Lua, aos planetas, às estrelas, como hoje se vai de Liverpool à Nova Iorque, facilmente, com rapidez e segurança, e em breve o oceano atmosférico será atravessado, assim como os oceanos da Lua. A distância é apenas uma palavra relativa e acabará por ser reduzida a zero (VERNE, 2000, p. 89).

As palavras de Verne traduz o sonho de diversas gerações. Cerca de um século após o lançamento do livro, a humanidade viu em 1969 o primeiro homem pisar na superfície lunar. A evolução tecnológica progrediu ao ponto do indivíduo ter discussões reais sobre bases espaciais, principalmente na Lua, que deixou de ser um sonho, passou a ser conquista e hoje se torna trampolim. Não é sabido os limites, mas definitivamente o céu não é mais o limite. Verne estava certo em dizer que a distância é uma palavra relativa.

A tecnologia na área aérea e espacial trouxe uma nova dimensão para o desenvolvimento das relações internacionais, que há pouco tempo estavam limitadas à

¹ Podemos apontar de partida que não existe uma definição unívoca para o objeto sobre o qual dedicamos nosso trabalho. Iremos encontrar nessa discussão, para ficarmos em alguns exemplos, os termos “espaço extraterrestre”, “espaço ultraterrestre”, “espaço sideral” ou, simplesmente “espaço”. Por vezes significam coisas distintas mas frequentemente se referem às mesmas coisas e são tomados como sinônimos. Por vezes ainda se trata de uma discussão normativa, a saber, a fronteira jurídica (portanto política) entre as altitudes que definem o que é o “espaço aéreo” e o que o “ultrapassa” apontando problemas de definição de soberania conhecidos na literatura especializada como “limite vertical” (cf: BITTENCOURT NETO, 2011). E ainda encontraremos termos que procuram reunir as problematizações políticas do assunto sob seu “guarda-chuvas”, como “astropolítica” e “spacepower”. O que se observa é que essa discussão renderia conteúdo oportuno para um capítulo ou até outro estudo específico por conta da sua complexidade, que não nos interessa de modo imediato. A título de definição, no título deste trabalho, para nos referirmos ao “espaço” para além da atmosfera, nos valem do termo *espaço extraterrestre*, puramente pelo significado que o prefixo “extra” atribui à palavra “terrestre”. Para situar o escopo do entendimento ao que está fora, mas sem adentrar numa discussão linguística e semântica de termos e/ou espacial. De acordo com o dicionário online Michaelis (s.d) a palavra extraterrestre significa que está ou se origina fora da Terra ou de sua atmosfera ou refere-se ser de outro planeta. Sua etimologia é um vocabulário composto do latim extra + terrestre. O dicionário não apresenta uma conceituação para “ultraterrestre”, mas o DICIO (s.d), dicionário português online, conceitua que é aquilo que excede aos limites da Terra; que fica para fora da Terra; extraterrestre, podem também ser utilizado para referir à mesma coisa. Indo mais além, para fins de compreensão dos termos que serão abordados ao longo deste trabalho, faz-se pertinente apresentar que, de acordo com Acervo Museológico dos Laboratórios de Ensino de Física (s.d), “espaço sideral” significa toda a área física do Universo não ocupada por corpos celestes. Ao longo do trabalho, usaremos os termos de modo indiscriminado, como ocorre na maioria das discussões sobre o tema.

superfície terrestre e aérea. Tornou-se importante analisar é o impacto dessa nova dimensão espacial para a Terra. À medida que a humanidade ultrapassa a superfície terrestre, como são afetadas as relações na Terra? O processo evolutivo desencadeia novas perspectivas e introduz novos elementos na realidade. É na necessidade de compreensão desta que se recorre às teorias.

E a teoria serve a diversos propósitos, incluindo o de explicação de comportamento de agentes (HOLLIS e SMITH, 1990). Entendendo que o espaço é objeto de interesse dos Estados, e este é considerado, por diversas teorias, ator central das relações internacionais, este trabalho explora a introdução do debate *outer space*² nas Relações Internacionais (RI), majoritariamente pelas vias teóricas. Segundo Pfaltzgraff (2011), o objeto central de estudo das RI tem sido um reflexo dos interesses das potências que coordenam essa realidade. Assim, as Teorias das Relações Internacionais (TRI) centraram, por muito tempo, seus debates em temas como paz e guerra, cooperação e competição entre as unidades políticas no mundo, principalmente Estados e atores não estatais, conjunto de premissas que se originam na visão ocidental.

Kenneth Waltz, em seu livro *Theory of International Politics* (1979), afirma que “na política internacional, como em qualquer sistema de autoajuda, as unidades de maior capacidade definem o cenário de ação para os outros, bem como para si mesmos” (WALTZ, 1979, p.72, tradução nossa). Ou seja, as potências dentro da comunidade internacional geram um impacto maior sobre questões essenciais dentro do sistema e tentam mobilizar tais questões ao seu favor. As unidades políticas, que estabelecem vínculos entre si, constituem uma comunidade e projetam nela seus anseios. Esta comunidade é coordenada pelos principais pólos de poder, que disputam em diversos aspectos pela primazia.

Tais aspectos são abrangentes à medida que os Estados expandem sua capacidade, interesses e áreas de atuação, como tem acontecido frente à exploração espacial. Se faz conveniente aqui salientar que o avanço no espaço extraterrestre se pauta num sistema jurídico que está em constante mudança. Vê-se as pontuações de Olavo Bittencourt Neto (2015) em seu estudo sobre o Direito Espacial sinalizando sobre a rapidez e quantidade de tratados que se desenvolveu ininterruptamente entre os anos de 1960 e 1970, por exemplo. O “Tratado Espacial” de 1967; o “Acordo de Resgate” de 1968; a “Convenção de Responsabilidade” de 1972; a Convenção de Registro de 1975; e o “Acordo da Lua” de 1979 são as mais importantes bases legais para a comunidade internacional neste assunto, pontuados pelo estudioso. Apesar de tamanho interesse, no entanto, alguns temas ainda permanecem, e provavelmente continuaram, sem solução, apesar de sua relevância e da atenção especial que lhes são dadas pelos juristas, como a referida polêmica da delimitação do que constitui o “aéreo” e o “espacial”. Bhavya Lal e Emily Nightingale (2014) afirmam que

Apesar de décadas de debate sobre o tema, não há consenso sobre o que, precisamente, constitui a fronteira entre o espaço aéreo e o espaço sideral. O tema está atolado em enigmas jurídicos e políticos, e a solução fácil até agora tem sido

² Termo em inglês utilizado comumente para referir-se ao espaço extraterrestre.

não concordar com uma definição do espaço. (LAL e NIGHTINGALE, 2014, p.1, tradução nossa)

Lal e Nightingale (2014) trazem uma discussão crucial para este trabalho em seu artigo *Where is Space? And why does that Matter?* Os autores estabelecem o debate por três vias: as definições disponíveis do limite mínimo aceito do espaço, a exigência de uma definição padronizada aceita internacionalmente e a necessidade de não a ter. Como apresentam, não há um consenso do que constitui a delimitação entre a atmosfera terrestre e o que está além dela. Tratados, instituições e até dicionários da área espacial discorrem sobre atividades e pesquisas que podem ocorrer dentro do espaço extraterrestre e aéreo, mas a separação geográfica é uma concepção difusa.

A ausência da delimitação aceita internacionalmente possui duas principais perspectivas: de um lado, há argumentações de que esta ausência da definição nunca atrapalhou os avanços que a humanidade tem feito. Por outro lado, há uma série de argumentações de que, com o aumento do interesse dos países no assunto, será uma questão crucial para a paz nas questões espaciais dentro das relações internacionais. Existe ainda uma preocupação de que, caso haja uma definição, esta seja feita em aspectos arbitrários (Lal e Nightingale, 2014).

Em termos de Teoria das Relações Internacionais (TRI), os estudiosos da área trazem cada vez mais teorias outrora tomadas como “não centrais” para o debate das RI, conduzindo um olhar para a periferia e buscando romper os laços com o imperialismo. No caso da discussão espacial, dentro da área de Relações Internacionais é possível observar um movimento incipiente que tenta adequar às premissas já existentes a esta nova dimensão de atuação dos Estados. É buscando contribuir com este movimento que este trabalho é proposto.

A discussão do internacional é pilar das premissas da área, mas já é possível pensar num plano de debate na dimensão *outer space*. O questionamento central que orienta este estudo é como tem sido a extensão do conhecimento da área para teorizar a exploração espacial. Além disso, busca-se explorar quais são seus pontos limitantes nesta aplicação das TRI ao espaço, com base na discussão das teorias marginalizadas.

A proposição deste estudo parte do entendimento que a natureza do ambiente e a legislação existente, ao passo que permitem abranger o espaço também estabelecem uma

fronteira. O espaço extraterrestre é um objeto pouco conhecido, apesar de já ser bastante observado e a humanidade ter obtido gloriosas conquistas por lá. O plano de colonização do espaço envolve questões do desenvolvimento de outras ciências. Diante da necessidade de entender os possíveis impactos das ações do hoje, é comum dos estudiosos aplicarem o conhecimento existente à nova realidade a fim de buscar previsões, relações de causa e efeito.

A unicidade, delimitação do tema e a profundidade da abordagem caracterizam o trabalho monográfico. São assim definidos à medida que atende as exigências da especificação, segundo Joaquim Severino (2007). Para a investigação do objeto proposto neste trabalho, enquanto estudo das Relações Internacionais aplicadas ao espaço, utilizaremos o método de revisão bibliográfica sistemática para exposição das pesquisas já existentes e aplicação nos assuntos de *Space Power*. Severino define, de forma concisa, a pesquisa bibliográfica como:

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, p. 93, 2017).

Transcorre neste trabalho sistemático bibliográfico a tentativa de reinterpretar os estudos, orientando a exploração de visões fora da leitura dominante. Como uma das vantagens do método bibliográfico, a intenção é de reunir as conclusões desta pesquisa e, através de um estudo de referências, expandirem o conhecimento e a visão em relação à exploração espacial.

A análise dos textos escolhidos será dada a partir das teses dos autores, destacando os aspectos em comum entre os textos, explicitando, desta maneira, as questões centrais deste estudo. A sistematização das diferentes perspectivas contribui para o entendimento da utilização de cada uma delas. Não é pretendido, portanto, na disposição dos argumentos, buscarem uma verdade ou uma previsão para o que acontecerá. Mas, revisitar o que foi dito e entender como impacta nas relações no tempo atual, justificando, assim também, a escolha da pesquisa bibliográfica.

Na disposição deste estudo, o capítulo I constituirá numa ambientação do avanço da exploração espacial até o momento, realizando um apanhado histórico para compreender o desenvolvimento da atual situação da gestão das relações internacionais no espaço sideral. O

capítulo II buscará delimitar o entendimento do “internacional” e da área de Relações Internacionais, na intenção de explorar os limites dos principais conceitos da área, utilizando dos debates teóricos para sustentar a pesquisa. Por fim, o capítulo III discutirá o estudo das Relações Internacionais e sua aplicação nos assuntos espaciais, empregando os principais conceitos, a proposta é não somente abordar as principais teorias, mas introduzir duas perspectivas fora do *mainstream* para o debate, a teoria pós-colonial e feminista.

INDIVÍDUO, HISTÓRIA E ESPAÇO

Os olhos do mundo agora olham para o espaço, para a Lua e para os planetas além.

JFK

O que sabemos e como relacionamos o espaço com o estudo da área das Relações Internacionais? Antes mesmo de falar sobre a exploração espacial, é pertinente versar, inicialmente, sobre o conhecimento que os seres humanos construíram sobre o espaço e retomar aos primórdios do saber sobre os questionamentos acerca do universo que são se assim pode ser afirmado, intrínsecos à existência humana.

O estudo dos astros é uma herança que começa em diferentes sociedades e períodos. Como apontam Agrizzi *et al* (2020, p.139) "babilônios, assírios, egípcios e chineses foram responsáveis pelos primeiros registros astronômicos, datados de aproximadamente 3000 a.C.". Esse conhecimento sempre foi utilizado como ferramenta para evolução humana. Na Grécia Antiga, Aristóteles estabeleceu um conhecimento sistemático sobre os astros e o Universo, que impactou diretamente a Física Moderna. Mais à frente, figuras como Immanuel Kant e Paul Ehrengest se destacaram ao falar sobre o dimensionamento e a exploração do espaço (CARUSO; ARAUJO, 2018). Na coletânea *Exploring the Unknown* é exposto

Os povos pré-históricos que construíram Stonehenge na Inglaterra aparentemente usaram suas observações de corpos celestes para mapear as estações de plantio e medir outros eventos, atribuindo a este estudo também um significado religioso. Astrônomos na Babilônia cerca de 700 a.C. mapearam os caminhos dos planetas e compilaram observações de estrelas fixas. Mais tarde, por volta de 400 a.C., os babilônios criaram o zodíaco, o primeiro mecanismo desse tipo a dividir o ano em períodos lunares e atribuir significado à data de nascimento de uma pessoa na previsão do futuro. No que se tornou as Américas, as antigas culturas incas e astecas construíram observatórios astronômicos. Índios norte-americanos também observaram a supernova de 1054 que criou a Nebulosa do Caranguejo - não vista na Europa. Por volta de 150 d.C. o grande matemático geógrafo e astrônomo Ptolomeu de Alexandria sistematizou uma grande quantidade de informações antigas e, em alguns casos, desinformações sobre o universo. Ptolomeu baseou seu entendimento em concepções clássicas do universo herdado dos gregos. Sua grande síntese, *Megiste Syntaxis*, às vezes chamado *Almagesto*, argumentou que a Terra estava no centro do universo, e que o Sol, estrelas e planetas foram incorporados como jóias em um conjunto de esferas que o circundam (WASHINGTON, p.1, 1995).

Agrizzi *et al* (2020) citam que Nicolau Copérnico, no século XVI, promoveu uma revolução na ciência com o modelo heliocêntrico e, neste mesmo plano da história, o mundo concebeu figuras como Giordano Bruno e Galileu Galilei, estas que se dedicaram também ao aprimoramento do conhecimento espacial e, no caso de Galileu, contribuiu fortemente no desenvolvimento de instrumentos que facilitaram a observação do espaço até os dias atuais, como telescópios, radiotelescópios, binóculos e etc.

. Seguindo a linha do tempo dos grandes estudiosos que contribuíram para o saber espacial, surgiram grandes nomes como Isaac Newton, Johann Daniel Titius e Giovanni Schiaparelli, cientistas que contribuíram para o avanço do estudo sobre gravidade e descoberta de outros planetas.

Schiaparelli foi um dos primeiros a desenhar e estudar a superfície de Marte, seus estudos estimularam a discussão sobre vida em Marte e até mesmo sobre colonização no planeta marciano. O estudioso atribuiu nome às faixas escuras do planeta como “canali”, ou canais que chegaram a ser associadas às grandes hidrovias projetadas da época como o Canal de Erie e o Canal de Suez. Outro cientista que contribuiu para a expansão da visão humana sobre a fronteira espacial foi Edwin Hubble, quando descobriu que existiam outras galáxias além da Via Láctea e que as galáxias possuem diferentes formas. (BELKORA, 2021)

Os russos, alemães e americanos estavam começando seus experimentos de foguetes para exploração espacial, quando Hubble publicou sua teoria. Segundo o Centro de Pesquisa John H. Glenn no artigo *Brief History of Rockets* (s.d.), foguetes foram usados pela primeira vez como armas reais na Batalha de Kai-fung-fu em 1232 d.C pelos chineses. Durante os anos de 1720, o holandês Willem Gravesande criou um modelo de carro movido a jatos de vapor. Em 1898, o professor russo Konstantin Tsiolkovsky propôs a ideia de exploração espacial usando foguetes. No estudo *Collected Works of KE Tsiolkovsky* (1965) pode ser encontrado o famoso artigo “Exploração do Espaço Cósmico por Dispositivos Reativos”, em que o russo delibera sobre influência da gravidade nos foguetes e a ação da força da gravidade sobre e dentro do projétil, sugerindo ao final do seu texto que poderia ser considerado a trajetórias de foguetes no espaço sideral.

Robert Goddard foi um cientista americano que se destacou por construir e lançar minúsculos foguetes em 1914. Durante a Segunda Guerra Mundial, cientistas alemães desenvolveram foguetes supersônicos e, nos últimos anos de guerra, os nazistas financiaram a construção e disparo de armas de destruição. Com a invasão russa, parte dos alemães se renderam aos norte-americanos. Os americanos ganharam vantagem com os estudos dos alemães, principalmente com a contribuição do cientista Wernher von Braun. A União Soviética passou a direcionar esforços para desenvolver tecnologia após a guerra e o Departamento de Defesa estaria voltado para catalisar a construção de balísticas intercontinentais mísseis e mísseis balísticos de alcance intermediário. (BURGESS, 2021)

Na década de 1950, tornava-se evidente que os soviéticos lideravam a corrida em tecnologia de mísseis, causando preocupação para os americanos. Diante disso, o exército americano junto com a marinha começou a trabalhar em conjunto para desenvolver mísseis terrestres e marítimos. É a partir daqui que observamos o avanço da exploração espacial a passos largos, principalmente após o estabelecimento da Guerra Fria. (BURGESS, 2021)

Entender a Guerra Fria é primordial para o contexto da corrida espacial que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial. Powaski (2000) aponta que a Guerra Fria deve ser contextualizada inicialmente durante a Primeira Guerra Mundial, sendo a catalisadora da Revolução Russa. De acordo com o autor, a guerra impactou a produção industrial e agrícola, colapsou a rede de transporte e provocou desabastecimentos de alimentos e combustíveis. Em março de 1917 estourou a revolução russa, iniciada em Petrogrado e espalhou-se para Moscou e outras cidades. As tensões entre os Estados sobre o não apoio e conflito ao governo russo se desencadearam ao longo do tempo e desenvolveram uma divisão entre os países aliados da guerra e os soviéticos.

De acordo com Powaski (2000), ao contrário de seus aliados, Woodrow Wilson, então presidente americano, estava disposto a colocar um fim ao envolvimento militar direto dos EUA no conflito russo e, portanto, estava menos inclinado do que os britânicos e franceses a rejeitar as tentativas de paz soviéticas. Por anos, o presidente americano Wilson foi movido pela ideologia que o regime bolchevique era um erro e queria derrubá-lo, mas se opôs ao uso de forças militares americanas e aliadas.

Apesar disso, a participação americana na guerra civil russa não foi esquecida. Stalin faria alusão a ela repetidamente durante as décadas de 1930 e 1940, e a mencionaria várias vezes em suas conferências da Segunda Guerra Mundial com seus aliados americanos. Não há dúvida de que a decisão de Wilson de intervir na guerra civil russa aguçou as suspeitas de Stalin sobre os objetivos finais dos Estados Unidos. Por esta razão, podemos considerar que as origens da Guerra Fria remontam para este período (POWASKI, p. 49, 2000, tradução nossa).

A Guerra Fria pode ser datada após o fim da Segunda Guerra Mundial, mas possui em seu histórico uma linha temporal de rivalidades de poderes mundiais que resultaram numa disputa polarizada de ideologia. O avanço das questões espaciais neste período advém de uma sede pelo aumento da capacidade militar pautada na projeção dos foguetes balísticos para destruição. A percepção da possibilidade de alcance dos foguetes elevou o conflito à possibilidade de um ataque aéreo diferente dos que poderiam ser feitos através dos aviões

militares, elevando também a vulnerabilidade e exposição de um território. Deste modo, era primordial ganhar a escalada no avanço tecnológico.

Segundo Burgess (2021), para a escalada dos norte-americanos, o alemão Von Braun foi uma das pessoas mais instrumentais no processo. Não somente do programa espacial americano, mas também pela sua colaboração para o envio de seres humanos à Lua. Entre o final da Segunda Guerra Mundial e o fim da década de 1950, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética concluíram vôos espaciais suborbitais biológicos, com envio de animais para observação de sua reação às forças associadas ao lançamento e períodos de ausência de peso. Os soviéticos lançaram em 1957 o primeiro satélite para o espaço, e o acontecimento foi recebido pelos norte-americanos como um sinal de perigo, visto que seu inimigo da Guerra Fria estava em uma escalada do seu poderio e havia a possibilidade de serem atacados do espaço.

Paladini (2019) assinala que a década de 1950 foi a década das sondas no espaço e a década de 1960 foi sobre a ida dos humanos ao espaço. Em 1961 o russo Iuri Gagarin e o americano Shepard Jr foram lançados em órbita, e, em 1969, Armstrong e Aldrin chegaram à Lua. Na década de 1970, o mundo observou a criação das estações orbitais. A autora considera que a corrida espacial terminou com o Projeto de Teste Apollo-Soyuz em 1975, que abriu “caminho para uma visão menos conflituosa e não territorial do espaço que se estabeleceu nas décadas seguintes” (Paladini, p.14, 2019).

O governo do norte-americano Reagan deu força ao posicionamento dos EUA na década de 1980 até então retraídos pela União Soviética, precisaram se recuperar da derrota da Guerra do Vietnã, a invasão do Afeganistão e a Revolução no Irã. Reagan tinha a missão de elevar a estima do país no cenário internacional e tinha os assuntos militares como uma de suas prioridades no governo. O programa Strategic Defense Initiative (SDI), mais conhecido como Star Wars, é considerado uma inovação contra mísseis balísticos, fazendo parte da política de Confrontação à URSS (Doutrina Reagan). O governo de Gorbachev sinaliza uma mudança de posição da URSS na comunidade internacional, com uma política mais democratizadora. Ambos trabalhavam em uma cooperação para redução de armamento nuclear. (LOBO; CORTEZ, 2015)

Kennedy não mediu esforços para a atuação da exploração espacial na década de 1980, o projeto de seu governo tinha como objetivo também recuperar a autoestima norte-

americana. Foram lançadas cinco missões de ônibus espaciais em 1989 e em dois desses vôos, a Atlantis (ônibus espacial), implantaram naves que impactaram o conhecimento sobre Vênus e Júpiter. Em 1984, a NASA inicia uma movimentação para o desenvolvimento de uma Estação Espacial Internacional (EEI) com tripulação permanente, cuja montagem teve início em 1998 (Heiney, 2012). No mesmo ano, altos funcionários do governo de 15 países se reuniram em Washington e estabeleceram um acordo que estrutura a cooperação para o desenvolvimento, operação e utilização da EEI (NASA, 2010).

Os governos até então tinham orientado as atividades espaciais e, embora ainda a grande maioria das atividades espaciais sejam conduzidas pelo Estado, é possível observar uma drástica mudança no ecossistema do que Clelia Iacomino (2019) chama de New Space: “uma dinâmica setorial disruptiva com vários conceitos orientados para a eficiência de ponta a ponta, impulsionando o setor espacial em direção a um etapa orientada para negócios e serviços” (p.35), isso porque é observado que há mais contratos públicos inovadores e esquema de apoio a iniciativas, novas indústrias e mercados espaciais, novos participantes e empreendedores, abordagens industriais inovadoras, um mercado com soluções disruptivas e uma substancial entrada de capital privados vindo dos investidores, este toma força maior no início dos anos 2000 (IACOMINO, 2019).

Todos esses fatores combinados catalisaram uma mudança na questão da exploração espacial, abrindo espaço para empreendimentos espaciais comerciais e maior participação da iniciativa privada tanto em programas espaciais públicos quanto de setores específicos. Iacomino (2019) ainda pontua que o fomento do envolvimento de figuras comerciais em programas públicos é uma posição dominante entre os governos e agências, este desejo é materializado nos diversos anúncios e iniciativas lideradas por instituições como a Agência Espacial Europeia para desencadear a utilização comercial da Estação Espacial Internacional, por exemplo.

Em 2004, Mike Melvill, primeiro astronauta privado comercial, adentrava ao espaço numa embarcação privada. Essa seria a primeira embarcação privada espacial tripulada por um humano. Isso se deu graças ao investimento da XPrize Foundation, organização sem fins lucrativos que projeta e realiza concursos, que tem como objetivo inspirar a inovação através da concorrência e promover o desenvolvimento, neste caso, de um sistema de controle de baixo custo e embarcações eficientes voltadas para o turismo espacial. No início do século inaugurou-se uma nova era em que a iniciativa privada entra na disputa espacial para fins

lucrativos. Em sete de dezembro de 2004, foi anunciado um projeto sobre um vôo tripulado por algumas centenas de pessoas, e a sua reserva estava em torno de \$200.000,00 dólares (BURGESS, 2021).

Grandes nomes do mundo empresarial passaram a olhar para o espaço e durante os anos 2000 viu empresas como a Virgin Galactic, a SpaceX de Elon Musk e a Blue Origin de Jeff Bezos lançarem projetos multimilionários e ambiciosos para a exploração espacial. Um dos maiores projetos para exploração de Marte é o pensado pela SpaceX. Todos esses e outros buscam um futuro com vôos espaciais privados, como pontua Burgess (2021). Com esse crescente interesse e desenvolvimento na exploração espacial, era inevitável a criação de leis voltadas para permitir à iniciativa privada acesso livre ao espaço.

Para exemplificar, Burgess (2021) cita que nos Estados Unidos, foi criada a *Commercial Space Launch Amendments Act* para promover o desenvolvimento da indústria emergente de vôos espaciais tripulados comerciais ainda em 2004. Tempos depois, a Administração Federal da Aviação norte-americana publicou o que seria um rascunho de diretrizes destinadas a conceder licenças para as empresas que desejam testar foguetes suborbitais reutilizáveis. Ainda foi criado *The Commercial SpaceFlight Federation* para atuar junto a órgãos federais para incentivar tal indústria. São esperadas grandes e acaloradas discussões sobre os tratados vigentes no cenário internacional que limitam a participação da iniciativa privada. Estamos diante de um período disruptivo não somente na evolução do mercado, mas também do Direito Espacial.

É o que vemos com o projeto Artemis, liderado pela NASA, que visa estabelecer uma nova era na utilização e exploração do espaço. A instituição lançou o Acordo de Artemis, apresentando os princípios acerca de como e por quem a Lua seria explorada. O acordo evidencia diversas questões, como por exemplo, a repetição legal sobre a exploração espacial, apresentando, em sua maioria, cláusulas já presentes em outros tratados e acordos espaciais. O ponto que se coloca em debate é que as novas diretrizes estão voltadas ao objetivo *comercial* do programa e embora seja uma das maiores referências nos assuntos espaciais, a NASA é, como o próprio nome indica, uma agência nacional norte-americana, portanto, um órgão *estatal*. E apesar de apontar a importância das parcerias internacionais, que permitiram “uma presença sustentável e robusta na Lua”, o documento enfatiza que a NASA estaria na liderança do programa. E, o que possibilitaria a participação de outros agentes - tanto do setor

público quanto do setor privado - seria a assinatura de acordos bilaterais através do Artemis (NASA, 2019).

São problemáticas como esta do acordo de Artemis que a comunidade científica e política deverá se deparar nos próximos anos. É dispensável pontuar o protagonismo dos Estados Unidos e tamanho interesse pela exploração espacial. Assim como é inegável a discrepância das fases desenvolvimentos dos programas espaciais dos países desenvolvidos em comparação com outras partes do mundo. Mas seria o espaço apenas outro campo territorial para projeção dos poderes das hegemônias no planeta Terra?

Observa-se que países como Rússia, China, Japão e Índia se tornaram nomes recorrentes nos fóruns e discussões, até mesmo nas publicações dos estudos espaciais. Deste modo, torna-se apropriado lançar comentários sobre esses países aqui.

O plano de exploração da Lua dos chineses, junto à reafirmação dos EUA em uma liderança de uma possível nova corrida espacial, suscitou questões para a comunidade espacial sobre uma nova era de exploração com cooperação e competição como faces da mesma moeda entre os países. A Rússia estava presente na construção da EEI em 1998 e entre 2011 e 2015 se consolidou no fornecimento de transporte regular da tripulação para a Estação, se mantendo em cooperação com a NASA até 2017. No entanto, o país é dúbio em sua posição sobre o pós-EEI. A Agência Espacial russa afirmou, em 2014, que se desintegrará da EEI para a formação de uma nova base nacional. Não obstante, postergou sua permanência até 2028. Os russos têm se mostrado bastante abertos à exploração de Marte e têm projetos junto à China para exploração da lua marciana (IACOMINO, 2019).

O Japão, por sua vez, atua em direta cooperação com os Estados Unidos. Em 2018, os japoneses assinaram um acordo de interesse mútuo em cooperação na exploração espacial, concordando em reconhecer suas respectivas atividades em áreas “como exploração humana e robótica, ciência da Terra e do espaço, especialmente através do programa EEI” (IACOMINO, p.27, 2019). Há também um projeto de estação espacial cis-lunar envolvendo diversas agências como a Agência Espacial Europeia, Roscosmos, JAXA e a Agência Espacial Canadense (CSA). Desde a última década, a Índia lançou-se em projetos que incluem exploração lunar e de Marte, bem como o desenvolvimento tecnológico para vôos espaciais tripulados. No 12º Plano Quinquenal (2012–2017), a agência indiana indicou que voltaria a

trabalhar na sua missão lunar Chandrayaan e na sonda Mangalyaan Mars, tornando a Índia o primeiro país a alcançar uma órbita de Marte na primeira tentativa (IACOMINO, 2019).

Uma região que deve ser mencionada é a América Latina, mas a discussão espacial entre os países latino-americanos é complexa. Devido ao crescimento do interesse na exploração espacial na região, muito se falou na cooperação entre os Estados para a criação de uma Agência Espacial Regional.

Acontece que a América Latina não percorreu um caminho linear em relação a integração, seja ela de qualquer tipo. O período da colonização, descolonização, as instabilidades e resoluções sobre as questões fronteiriças, os conflitos regionais, os posicionamentos políticos dos governos, as questões econômicas e outras questões não permitiram aos países consolidar a ideia de uma América Latina integrada institucionalmente. Observa-se que temos uma relação regional conturbada e frágil que, conseqüentemente, reflete nas discussões, inclusive sobre a criação de uma agência espacial.

De acordo com Froehlich et al (2020), embora a maioria dos países latino-americanos estejam empenhados, de algum modo, no desenvolvimento das suas capacidades espaciais, há três países que se destacam na área: Argentina, México e Brasil. Os países sul-americanos, Brasil e Argentina, demonstraram interesse na área nos primeiros anos seguintes ao início da primeira corrida espacial, sendo os brasileiros os pioneiros regionais e que mais demonstraram comprometimento com a área. Enquanto México, Peru, Venezuela e Paraguai manifestaram interesse posteriormente.

É válido aqui evidenciar que, mesmo sendo um dos países que começaram *a posteriori* a apostar no aumento da capacidade tecnológica e acadêmica sobre o espaço extraterrestre, o México tem crescido excepcionalmente a ponto de se tornar um agente expressivo para o desenvolvimento das atividades regionalmente. Outros países da região têm pouca ou nenhuma capacidade de se envolver no desenvolvimento de tecnologia espacial, por exemplo, os países do Caribe. (FROEHLICH et al, 2020)

Embora os países citados acima tenham algum destaque na área, Froehlich et al (2020) reiteram a liderança do Brasil e que a capacidade argentina corresponde à metade da capacidade brasileira em relação a satélites de comunicação. A respeito dos outros países afirmam “Chile, Peru, México e Venezuela são nações espaciais emergentes intermediárias na

região, com capacidades em dois setores, seja em comunicações, observação da Terra e ciência, ou tecnologia e educação.” (FROEHLICH et al, p.41, 2020) (tradução nossa).

Países que possuem participação em apenas um setor são: Bolívia, Costa Rica, Colômbia, Guatemala, Equador, Nicarágua e Uruguai. Ou seja, os demais países que constituem a América Latina não produzem satélites nacionais. Além disso, apenas Brasil, Chile, México e Argentina atuam no âmbito da educação especial. Não obstante “... em nenhum deles o programa espacial atingiu o mesmo nível de investimento na educação espacial do Brasil nas últimas décadas” (FROEHLICH et al, p.38, 2020)(tradução nossa).

Santos (2009) retoma que as cooperações entre os Estados, a Argentina, Brasil e México possuem diversos acordos bilaterais com a NASA e a ESA. Argentina e Brasil, juntamente com o Chile, dialogam com a França no desenvolvimento de programas de sensoriamento remoto. Os principais acordos bilaterais do Brasil estendem-se para Índia, China, Ucrânia e Argentina.

No tocante às capacidades de lançamento na América Latina e de veículos lançadores, destacam-se Brasil e Argentina. Porém a região continuará na dependência das potências como EUA, Europa, China e Rússia. Em meados de 1950, o Brasil iniciava suas atividades para o desenvolvimento de foguetes espaciais. Peru compõe a tríplice quando o assunto é satélite, estando este envolvido significativamente no setor. Os brasileiros, por sua vez, possuem o maior número de satélites em órbita (FROEHLICH et al, 2020).

Com a crescente demanda por tecnologias e conhecimento espacial, a região passa a ser foco de interesse dos países/empresas a frente da exploração espacial, pois significam: potenciais parceiros comerciais, escoamento de tecnologia defasada, locais para exploração de matéria-prima - a exemplo do lítio na Bolívia - ou posições estratégicas nas corridas espaciais futuras.

TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No processo de surgimento das TRI, muitas foram as contradições e o choque entre elas foi inevitável, gerando embates entre os teóricos (BENNYWORTH, 2011). Entre esses encontros, se convencionou anotar a existência de um conjunto de “debates”, dentre os quais se destacam:

- Realismo/Liberalismo;
- Tradicionalismo/Behaviorismo;
- Neorrealismo/neoliberalismo;
- Racionalismo/Relativismo;

Segundo Burchill et al (2005), a concepção de teoria para as RI é complexa, tendo o próprio Martin Wight em seu escrito de 1960 intitulado *Why is there no international theory?* lamentado a ausência de uma “Teoria Internacional”, pois até então o que havia era um estudo especulativo sobre os estados, qual davam o nome de teoria política. Bennyworth (2011), em seu escrito afirma que, mesmo décadas depois do seu nascimento, a disciplina ainda está no processo de definição e que os debates são estímulos para a busca dessas características da área.

É oportuno aqui apresentar a listagem dada no livro *Theories of International Relations* (2005), em que Burchill et al (2005) fazem um resumo que mostra como é vasto e difuso o entendimento da teorização da área:

Tabela 1: Visões sobre o conceito de Teoria

Definições	Autores/Teoria
As teorias explicam as leis da política internacional ou padrões recorrentes de comportamento nacional	Waltz 1979
As teorias tentam explicar e prever o comportamento ou compreender o mundo ‘dentro das cabeças’ dos atores	Hollis e Smith 1990
As teorias são tradições de especulação sobre as relações entre Estados que se concentram na luta pelo poder, a natureza da sociedade internacional e a possibilidade de uma comunidade mundial	Wight 1991

As teorias usam dados empíricos para testar hipóteses sobre o mundo, como a ausência de guerra entre estados democráticos liberais	Doyle 1983
As teorias analisam e tentam esclarecer o uso de conceitos como o equilíbrio de poder	Butterfield e Wight 1966
As teorias criticam as formas de dominação e as perspectivas que fazem o socialmente construído e mutável parecer natural e inalterável	Teoria crítica
As teorias refletem sobre como o mundo deve ser organizado e analisam as maneiras pelas quais várias concepções de direitos humanos ou justiça social global são construídas e defendidas	Teoria normativa ou ética internacional
As teorias refletem sobre o próprio processo de teorização; os teóricos analisam afirmações epistemológicas sobre como os seres humanos conhecem o mundo e afirmações ontológicas sobre em que o mundo consiste em última análise - por exemplo, se consiste basicamente em estados soberanos ou indivíduos com direitos e obrigações para com o resto da humanidade	Teoria construtivista

Fonte: Burchill *et al* (2005)

Os primeiros teóricos das RI iniciaram suas produções teóricas pós-primeira guerra mundial, preocupados em desenvolver estudos que apontassem ou ao menos facilitasse o entendimento das causas da guerra e formular meios de evitar que as consequências fossem vivenciadas novamente. A escola realista olha para o idealismo/liberalismo e levanta um ponto de vista crítico de que a normatividade inviabilizou a compreensão do mundo de fato, não deu meios de compressão dos sinais que sinalizaram a Segunda Guerra Mundial. Logo, os realistas propõem uma visão menos utópica, voltada para a análise do comportamento real dos atores e questões de poder e os interesses que movem tais agentes (MURGI, 2014).

Segundo Murgi (2014), Tucídides influencia diretamente os realistas por conta dos seus estudos sobre guerra. Em sua concepção, os Estados vão à guerra para garantir sua segurança e sobrevivência frente à ameaça de outro Estado. Os realistas desenvolvem conceitos importantes, como a “anarquia internacional”, para explicar porque o Estado teme e age em nome da sua própria sobrevivência. Nesta lógica, apoiam a ideia de que há uma desconfiança recíproca entre os Estados. A segurança estaria pautada no jogo de soma zero, significando que a perda de um é o ganho do outro. Estimula um sistema de autoajuda, mas não inibe a ideia de cooperação, sendo o elemento fundamental o poder.

Ainda na exposição de Murgi (2014, p. 129), o idealismo é um dos pensamentos dominantes da disciplina que considera “o lugar do indivíduo na sociedade, a natureza do Estado e a legitimidade das instituições de governo”. Enquanto o Estado é o principal agente no realismo, aqui há uma análise entre os indivíduos, sociedade e governo. Entendem que as organizações fomentam um progresso das sociedades humanas, potencial da razão. Progresso e razão levariam os Estados a buscarem a cooperação internacional. Livre comércio, democracia e instituições internacionais são estímulos à cooperação. O contexto da tensão entre EUA e URSS possibilitaram o aumento das discussões sobre segurança e abriram portas para o realismo (MURGI, 2014).

Em seu livro *Teoria das Relações Internacionais*, Thales Castro (2012) observa uma tentativa de desconstrução e, em seguida, uma ressignificação do escopo do entendimento sobre as Relações Internacionais. Isso sinaliza uma permissibilidade entre os teóricos sobre do que se trata a área. Não à toa, temos diversos teóricos e debates com diferentes visões sobre o escopo da área. Castro afirma que

As Relações Internacionais operam por meio de diferentes redes e canais dinâmicos com diferentes níveis e com base em simultâneas formas de articulação entre Estados nacionais, grupos internacionais de pressão, unidades subnacionais, empresas transnacionais (GCTs – Grandes Corporações Transnacionais) incluindo bancos, agências de crédito e de risco internacionais, indivíduos, ONGs em escala transnacional, organismos internacionais e áreas internacionalmente protegidas. (CASTRO, 2012, p.82).

A partir da sua exposição, o autor afirma que onde está o indivíduo está as Relações Internacionais. Castro (2012), prossegue afirmando que as fundações e o recorte de análise não se deram após o surgimento e a sistematização das Relações Internacionais como ciência no século XX. Segundo ele, o Livro *A Arte da Guerra* de Sun Tzu é um marco na historiografia inicial das Relações Internacionais, além das publicações de Heródoto, Tucídides, Lao Tse, Políbio e Péricles. De modo geral, o saber internacional

é antiquíssimo e remonta à investigação positiva, normativa e descritiva do enigmático fenômeno humano em suas múltiplas teias de relacionamento interativo social e em vários compartimentos. O ser humano é meio e fim das entranhas das Relações Internacionais. Sendo o destinatário primaz de tais estudos, o ser humano com suas encruzilhadas e seus labirintos representa, portanto, o foco da ciência política internacional. (CASTRO, p.52, 2012)

Castro (2012) aponta também a relação entre o sujeito do conhecimento internacional e a própria natureza do processamento do conhecimento em foco. Para reforçar seu pensamento, defende que há inúmeras possibilidades de aplicação dos conceitos das RI na relação entre sujeito e objeto. Sendo a relação (sujeito-objeto) ligada pelos fenômenos que

acontecem no sistema internacional, sendo o mundo entendido tido como conjunto dos objetos sensíveis e passíveis de internalização compreensível ao indivíduo, ou seja, todo contexto verificado e processado pelo sujeito (CASTRO, 2012).

Os próprios debates das RI diversas vezes retomam a discussão sobre a natureza do objeto de estudo da área. Os debates contemporâneos versam sobre um complexo problema de recorte sobre a autonomia científico-metodológica das RI e, muitas das vezes, acabam dando visão à multidisciplinaridade, abrindo a inteligibilidade das Relações Internacionais ao dizer que

as Relações Internacionais, tanto como ciência autônoma, quanto como práxis atrelada aos atos e fatos gerados pelos sujeitos, se materializam na forma de contatos, de articulações e de interação constante e recorrente entre os diversos atores (estatais, não estatais e individuais), em negociações (fechadas ou abertas) e em diversas formas de interlocução (pacíficas ou belicosas). As Relações Internacionais reúnem diversas forças dinâmicas que sintetizam e distribuem capitais de força-poder-interesse em tempo real e em diversas escalas (níveis de análises) ou, de forma mais tecnicamente apropriada, diversos sistemas. (CASTRO, 2012, p. 73)

Raymond Aron (2002), falando da tentativa de teorização acerca das Relações Internacionais, faz uma crítica a Morgenthau, que em *A política entre as nações* faz uma análise da política internacional reduzindo as relações internacionais à esfera política. Para Aron, a Relações Internacionais não tem um contorno de definição, de modo que acredita que Relações Internacionais seja um termo enganoso, já que seriam as relações entre os Estados e tais relações aconteceriam em um campo específico. Por si somente, o espaço internacional é um espaço de não definição de leis e nenhum ator possui o monopólio de uso da força - o que se entende por anarquia-, contrário ao âmbito doméstico.

Se olhar para Waltz, vê-se uma tentativa de teorização sobre a política internacional, preocupado com a guerra e com a paz no futuro. A teoria de Waltz em *“O homem, o estado e a guerra”* (2004) é baseada na ideia de causa e efeito, com um grau de complexidade, não sendo simplória ao ponto de uma causa ter um efeito, negando respostas unicasais. O estudioso é enquadrado no escopo neorrealista, que *acredita que as restrições estruturais — não a estratégia, o egoísmo, ou a motivação — irão determinar o comportamento dos Estados nas relações(políticas) internacionais*. Pautados na ideia de estrutura, os atores agem e reagem em função do outro e, deste modo, se tornam parte de um sistema, porém os menores Estados afetam muito menos o sistema em comparação às potência. O autor, no livro *Theory of International Politics* (1979), entrega uma visão que se tornou hegemônica das RI

segundo a qual, “a teoria das Relações Internacionais é escrita em termos das grandes potências de uma era” (WALTZ, 1979, p.72, tradução nossa).

Não há um acordo sobre o que conta como a melhor linha de argumento e muito menos se seus principais objetivos combinados podem se tornar uma grande teoria unificada - um exemplo é a rejeição da teoria pós-moderna da teoria única na disciplina. O que se percebe é uma sobreposição das teorias, mas que ainda ocorre uma definição vaga sobre o que seria a teoria das Relações Internacionais. Os realistas e os neorrealistas em sua visão crua do mundo foram os que mais se aproximaram de uma definição, sendo a afirmação de que as relações internacionais são as relações entre os Estados a mais óbvia já apresentada (BURCHILL, LINKLATER, RICHARD et al, 2005).

A partir daqui já é possível falar do que foi/pode ser introduzido na lógica da disciplina, como o pensamento de Fred Halliday em seu estudo sobre o materialismo histórico. Halliday (2007) pontua uma negligência mútua e que gerou falha de comunicação entre as RI e o marxismo. O materialismo histórico é uma teoria geral abrangente que tem capacidade de considerar todos os campos da ação social com impacto em várias áreas do conhecimento e que há obstáculos teóricos e históricos que impedem um maior espaço dentro das Relações Internacionais, pois não desenvolveu o enfoque teórico demandado pela disciplina. O autor reitera que, apesar de tudo, o materialismo histórico já produziu trabalhos relacionados à agenda convencional das relações internacionais (guerra, Estado, conflito internacional), a tentativa de teorizar o sistema internacional através do imperialismo seria um exemplo.

Halliday destaca ainda o crescente interesse acerca das teorias que tratam de questões internacionais sob influência do marxismo após os anos 1970, fazendo com que as RI sejam vistas por lentes distintas do modo predominante e cita como exemplo as explicações sobre o imperialismo e as teorias do sistema mundial. Segundo o autor, perspectiva do materialismo histórico orienta o pensamento das RI para a origem do conflito, o modo que foi conduzido e solucionado, com o determinismo histórico possibilita pensar em como surgem os conflitos entre Estados, o processo de formação histórica de um Estado, gerando até mesmo um maior entendimento sobre as tendências de ações dos Estados. A perspectiva está voltada para ação humana que em suas relações vai delineando as estruturas sociais e até sistêmicas dentro do mundo em que se vive, tratando-se de um pensamento que está dentro das RI (HALLIDAY, 2007).

Ainda segundo Burchill et al (2005), nos estudos que norteiam a área nos últimos anos podemos ver uma preocupação crescente em outros aspectos das relações internacionais, tais como questões empíricas como fragmentação nacional, distribuição do poder militar, conservação ambiental, crimes transnacionais, as perspectivas da multidisciplinaridade etc. Outros tópicos são estudados como questões que importam às Relações Internacionais como as discussões propostas pelos marxistas, construtivistas, feministas etc.

São os estudos recentes que tiram de foco o agente Estado, os estudos feministas são exemplos. Conforme escreveram Ventura e Kristch (2017), a teoria feminista olha para as Relações Internacionais questionando a estrutura interna das explicações tradicionais de um campo mobilizando conceito como gênero e sexo sem, contudo, problematizar as metodologias tradicionais. Confrontam as questões principais das RI como constitutivos e próprios do campo, fator que exclui indivíduos e, mais especificamente, gênero, no caso da mulher. Entendendo a necessidade desse confronto, podemos revisar as estruturas internas das teorias, junto de suas análises e explicações, quebrando padrões. As autoras explicam “que o gênero pode ser uma categoria ou unidade de análise importante e/ou que o ponto de vista das mulheres tem alguma especificidade para o campo das RI cria um leque de possibilidades que merecem atenção especial”(VENTURA e KRISTCH, 2017, p.25).

Na onda dos novos estudos em RI, é importante lembrar os estudos pós-coloniais. Aníbal Quijano aborda que "a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete" (QUIJANO, 2005, p.129). Boaventura de Sousa Santos (2008), por sua vez, vai definir pós-colonialismo como

...um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política as relações desiguais entre Norte e Sul na explicação ou na compreensão de um mundo contemporâneo. (SANTOS, 2008, p 18)

Norte e Sul não estariam dados em seu sentido geográfico no que o estudioso escreve, sendo o Sul um sinônimo do sofrimento do colonizado nas relações coloniais. E a extinção do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim da relação de dominação/submissão. O autor explica que o pós-colonialismo está ligado diretamente às questões éticas e políticas e tem caráter oposicionista do entendimento eurocêntrico. Santos (2008) aponta que o conhecimento é contextual e envolve a construção social e dinâmica. Cabe aqui refletir sobre os efeitos do conhecimento, pois é inegável a relação de poder que o

acompanha. Sem mencionar que, dentro da perspectiva pós-colonialista, há um caráter de manutenção de *status quo* à medida que as teorias tradicionais são instrumentalizadas.

As Teorias das Relações Internacionais são dominadas pela perspectiva dos pólos hegemônicos de poder - por conta de diversas razões - e as abordagens das perspectivas oriundas dessas regiões do mundo encontram-se numa relação superior dentro da disciplina. Os “antigos” colonizadores foram disseminando e enraizando seu pensamento nas áreas de conhecimentos, fazendo-o central nas áreas do saber, é fácil de entender isso ao analisar as relações com o Terceiro Mundo ou os chamados países “subdesenvolvidos”.

Essa configuração também pode ser vista claramente dentro da distribuição dos temas dentro da disciplina, da “importância” dada às teorias discutidas dentro do curso. Partindo da perspectiva de Fanon (1961) sobre a mudança da ordem através de um desprendimento e de empoderamento de um lado que sempre se encontrou esmagado pelas abordagens hegemônicas que, por não coincidência, advém dos países colonizadores. Tudo isso leva a pensar a Teoria das Relações Internacionais não centrada nos pólos de poder hegemônico do sistema, permitindo uma perspectiva contrária do pólo dominante e necessária sobre as análises das RI, que pode servir de fundamento teórico mais aproximado de outra realidade, mas que também está presente dentro do sistema.

TRI E ESPAÇO

É fundamentado na concepção de expansão da abordagem da área que este trabalho é guiado. Neste caso, o objetivo é ultrapassar os limites espaciais terrestres e entender as possibilidades e suas contribuições ao desenvolvimento do estudo das RI.

Um dos trabalhos expressivos do qual parte este estudo, dentro da área sobre Relações Internacionais e Espaço é o trabalho de Robert Pfaltzgraff (2011), em que o autor trabalha as TRI e sustenta a ideia de que tais teorias são aplicáveis à teorização das relações no espaço. Segundo o autor, o foco das TRI tem sido *paz e guerra, cooperação e competição* entre as unidades políticas no mundo, principalmente estados e atores não estatais. E, antes do advento das tecnologias no que diz respeito às áreas espaciais e de poder espacial, toda a interação entre os atores dava-se sobre a superfície da Terra. Através do progresso que a humanidade faz na história, com o desenvolvimento de tecnologias e do conhecimento, as relações internacionais adquirem novas dimensões/arena de atuação, que se expandiram para o ambiente aéreo e espacial. Toda interação que na Terra aconteceu ou acontece está sendo projetada para o espaço.

É possível teorizar sobre as RI, na medida em que ela se aplica às relações entre as entidades no espaço, e também como o espaço afeta as relações entre as unidades políticas na Terra. Além disso, pode-se também especular sobre até que ponto o espaço eliminaria ou mitigaria os conflitos ou promoveria a cooperação entre as unidades formais e hostis se eles achassem necessário confronto *espacial*. Todas as teorias descrevem ou prescrevem interações e relações, e o *espaço* se tornaria uma área de teorização sobre o compartimento das unidades políticas. Assim, segundo o autor, os paradigmas das teorias desenvolvidas para as relações na Terra podem ser aplicadas no espaço e reforçadas, motivadas ou rejeitadas à medida que se souber mais sobre as interações humanas no espaço (PFALZGRAFF, 2011).

Com efeito, a extensão da vida na Terra e no espaço já não faz parte apenas do imaginário humano, tornando crescente a necessidade de uma teoria em razão do desenvolvimento e compreensão desta relação entre Terra e o espaço ultraterrestre, não somente - porém principalmente - as questões ligadas à existência e o potencial político das relações. O comportamento humano se dá num cenário geográfico cujas características são modeladoras. Deste modo, a geografia torna-se crucial para a teorização, pois incorpora amplas questões sobre projeção de poder, segurança nacional, posições estratégicas etc, que influenciam diretamente no comportamento dos Estados. No entanto, a importância

geográfica e a própria geografia alteram à medida que novas tecnologias são desenvolvidas, Pfaltzgraff evoca a importância da tecnologia no modo como as guerras foram travadas e no desenvolvimento das atividades comerciais.

Pfaltzgraff (2011) examina 3 variações da teoria realista para pensar as implicações do *spacepower*, apesar da teoria não enfatizar o espaço ultraterrestre em sua análise. Sua abordagem parte do interesse nacional, analisado pela teoria clássica realista, definido por diversos aspectos como o ideológico, geográfico, recursos e capacidades alicerçados na sobrevivência num mundo anárquico. Ele adiciona:

A política internacional é uma luta pelo poder, pode-se facilmente inferir que o poder espacial é uma manifestação dessa luta. Com o advento das tecnologias espaciais, o interesse nacional agora inclui o espaço. Se rivalidades internacionais na Terra estão sendo projetadas no espaço, as teorias sobre como os Estados lidam com elas na Terra também podem ser estendidas para o espaço. (PFALTZGRAFF, p.46, 2011, tradução nossa)

Ao explicar este pensamento, cita a Guerra Fria como exemplo e o discurso do presidente John F. Kennedy, que reconhece a necessidade de ser exemplo na corrida pelo espaço para manter uma posição de vantagem na Terra.

No tocante à teoria realista estrutural, tendo como expoente Kenneth Waltz, há outras noções sobre o futuro das relações espaciais. Pfaltzgraff argumenta que “a estrutura internacional é a chave para entender o comportamento no nível da unidade”, e que “a estrutura é definida como o tipo e número de unidades e suas respectivas capacidades” (PFALTZGRAFF, p.48). A estrutura molda as relações de aliança ou rivalidade entre os Estados, a exploração do espaço criará padrões interativos que poderão ser base para teorização. As aptidões e a distribuição dessas capacidades entre os atores serão indispensáveis para a compreensão das estruturas espaciais. Consoante com a teoria, *spacepower* está ligado ao *Earthpower*, ou seja, se os agentes dominam a Terra, podem controlar o espaço. Ele reitera:

A teoria realista estrutural atribui grande importância aos números e tipos de atores, à distribuição de capacidades entre eles e às suas capacidades interativas.[...] O sistema como consequência das estruturas representa o principal ponto focal da teoria de RI (PFALTZGRAFF, 2011, p. 50, tradução nossa).

A teoria realista neoclássica incorpora os estudos das condições sobre as quais os Estados escolhem cooperar ou competir. Esta perspectiva reúne o sistema internacional e as unidades consolidadas na concepção de que a política externa é o resultado de padrões complexos de interação entre os dois níveis. A teoria enquadra o poder em seus componentes

ofensivos e defensivos, integrando as circunstâncias em que cada Estado aspira segurança, implicando diversos fatores tais como desenvolvimento das forças militares e capacidades de defesa. Deste modo, a teoria tem potencial para adentrar a discussão a respeito do *spacepower* (PFALTZGRAFF, 2011).

No estudo *Toward a Theory of Spacepower* (2011), Pfaltzgraff sustenta a ideia de que o espaço é uma arena para competição e cooperação é reforçada copiosamente, sendo a cooperação um construto para a teoria neoliberal. Os Estados definidos como democracias liberais são mais propensos à cooperação comparados aos governos totalitários, tendo em vista que os Estados democráticos tendem a resolver seus conflitos por meios de resolução não armada. Além disso, afirma que “democracias que fornecem a base para a colonização ou seus padrões interativos no espaço carregariam consigo os valores que poderiam moldar seu comportamento no espaço” (PFALTZGRAFF, 2011, p.51, tradução nossa).

No entanto, as relações no espaço ultraterrestre demandam novos tipos de comportamento político e social. Os Estados e atores do mundo liberal visam relações de recompensas mútuas, a cooperação beneficia os indivíduos e os grupos gerando interdependências nessas relações. O autor continua argumentando que a ordem emerge dos interesses individuais das unidades num sistema anárquico levando os atores a cooperarem para benefício mútuo, observando que a cooperação pode ser fundamentada no interesse nacional, ideia que dialoga com a perspectiva realista. Todos os aspectos supracitados englobam as relações entre as unidades políticas no espaço e criam um campo de discussão sobre os indicadores para a cooperação além do espaço terrestre (PFALTZGRAFF, 2011).

Múltiplas teorias das Relações Internacionais contemplam a discussão que as estruturas moldam o comportamento dos agentes. Segundo o autor, o construtivismo é um modo de analisar o mundo, este que está sempre em construção, sendo influenciado a cada mudança geopolítica, econômica e assim por diante. Essa interpretação positiva que os construtos de outras teorias como ideia de estado, balança de poder, anarquia são inadequados, pois são abstrações construídas e não têm realidade concreta. Os humanos alteram e remodelam suas relações baseadas nas práticas e regras que os próprios criam, tendo em vista as TRI, os agentes têm a competência de construir os tipos de arranjos que se estabelecerão no espaço (PFALTZGRAFF, 2011).

Todas as teorias apresentadas pelo autor são relevantes para o campo da teorização, ainda assim tais teorias carregam em si uma visão hegemônica e eurocêntrica do mundo. É imprescindível abrir a discussão para outras vertentes teóricas a respeito do tema abordado e, conseqüentemente, a importância dos seus construtos no debate sobre *spacepower*. Outras perspectivas que abarquem discussões para compreender como se dá esse processo “civilizatório” proposto pelos Estados, assim como suas conseqüências, além do modo que operará as categorias de classe, gênero, nação, raça e grupos sociais dentro do processo, as relações sociais de poder.

Para além das visões hegemônicas, podemos utilizar duas perspectivas teóricas para realizar o mesmo trabalho que Robert Pfaltzgraff desenvolveu com as teorias do *mainstream* das RI: teoria pós-colonial e a teoria feminista.

A colonização no espaço é um tópico que não é apenas aludido pelos Estados, outras instituições, como empresas privadas, participam cada vez mais do desenvolvimento de um projeto colonizador do espaço. Tal fato transporta diversas questões a respeito das relações internacionais que, assim como os outros pontos elencados por Pfaltzgraff, há um esforço teórico que também pode ser aplicado a essa nova dimensão das relações internacionais. O historiador francês Marc Ferro em seu livro *A colonização explicada a todos* (2017) define a colonização como: “a ocupação de uma terra estrangeira e distante por uma população, com sua cultura, e a instalação, nessa terra, daqueles que chamamos de colonos” (p.15).

Segundo Ferro (2017), houve uma onda da colonização que fora chamada de imperialista, sendo caracterizada pelo domínio de potências em relação a grande parte do mundo, além da afirmação de uma superioridade de determinada civilização. A fase imperialista é qualificada também pela dominação política, cultural e econômica, em que os Estados buscam o controle de outros territórios e populações, tomando a forma do colonialismo. Um dos impulsos para a colonização é a vontade de garantir áreas de influência e dominação, além do anseio em expandir comércio, tratando de uma conquista de poder político, econômico e cultural por parte dos Estados.

A colonização demanda o controle de terra e água e introduz no espaço ocupado um modo de vida direcionado para a cultura daquele que é o colonizador. A escravidão e a exploração dos recursos dos territórios são atividades realizadas pelos impérios coloniais. Contudo, já faz parte da realidade a exploração de recursos naturais no espaço e há uma

grande especulação do ganho político e econômico nesta prática que, apesar do pouco conhecimento a respeito da existência de vida fora do planeta Terra, os organismos já produzem ferramentas para colonização em satélites naturais, como a Lua.

Um objeto de discussão para o autor, dado pela prática da colonização, é o papel do homem e da mulher. Ferro (2017) afirma que a colonização aprofunda a separação da diferença de gênero entre o homem e a mulher, repercutindo diretamente no modo de vida da sociedade colonizada e a colonizadora. No período colonial do século XVI, por exemplo, a mulher servia um papel secundário na sociedade, estava orientada a viver reclusa e dominada. Em geral, era o homem que exercia o controle dentro da sociedade. Diante disso, há uma necessidade de considerar a atual conjuntura da luta pelos direitos da mulher frente à sociedade.

O processo civilizatório mantém uma característica de relação de dominador e dominado e nela estará sempre um certo grau de violência, seja em direção a natureza ou para o ser humano. Sobre o meio ambiente há questões que devem ser levadas em conta tais como: Quais seriam os impactos da exploração de minérios e outros tipos de recursos naturais no espaço diante das agressões cometidas ao meio ambiente na Terra? Seria uma opção viável para a redução da exploração de recursos naturais no planeta? A desigualdade também está presente nessa relação e, ao pensar nas relações entre países do centro e da periferia, o processo pode alargar a desigualdade entre eles, além de reforçar o jogo de poder já existente, o qual as potências ditam as regras.

As teorias tradicionais das Relações Internacionais não fazem do corpo um objeto de estudo importante o bastante para ser problematizado e discutido, embora seja um agente sempre presente e fomentador da área. Muitas dessas teorias apresentam o Estado como ator central ou um agente bastante relevante para o desenvolvimento das relações, porém parece esquecer que o Estado se apoia nos indivíduos e que precisa, por exemplo, garantir a segurança e dignidade deles. Deste modo, é compreendida a necessidade de abordar o olhar feminista diante dos avanços da sociedade e de como as Relações Internacionais tratarão o corpo, o gênero e o indivíduo fora da Terra.

No artigo escrito por Ventura e Kritsch (2017) é apresentada uma série de ideias e noções sobre o papel do feminismo dentro das Relações Internacionais, que pode estabelecer inúmeras concepções acerca da produção de conhecimento no campo. Este trabalho tem uma característica um pouco mais especulativa sobre expor as capacidades do feminismo dentro da área, visto que, assim como se apoia Pfaltzgraff, há diversas possibilidades para serem exploradas, concretizadas, estudadas e até mesmo retiradas. As autoras explanam sobre 3

perspectivas feministas: feminismo empirista/racionalista, ponto de vista feminista e feminismo pós-moderno; buscando mostrar a contribuição de cada uma.

Segundo Ventura e Kristch (2017), a perspectiva feminismo empirista/racionalistas, visão que tem o Estado como ator central da determinação das relações internacionais, entende que a questão do gênero "é uma variável que representa a divisão biológica (e/ou social) e empírica entre homens e mulheres" (p. 33). Tendo a necessidade de contar não somente os corpos, mas de evidenciar as diferenças de gênero. O feminismo empirista se funde ao racionalismo a partir da concepção de que é necessário abandonar a razão individualista e autossuficiente, sendo esta uma visão androcêntrica. Além disso, o empirismo é fundamentalmente uma questão pautada no social. Assim se manifesta a agenda de pesquisas que abordam a relação entre Estado e gênero, a promoção de igualdade entre gêneros e/ou como normas generificadas impactam a política externa e os direitos humanos. Os dados apresentados por essas pesquisas dentro das pautas nacionais e internacionais são ferramentas de "luta contra realidades de violência, dominação e opressão a que mulheres são submetidas."

O ponto de vista feminista e as Relações Internacionais entende o Estado "como representante de um conjunto de práticas patriarcais que reproduzem e silenciam desvantagens estruturais às quais as mulheres estão submetidas" (p.37). É sabido que as concepções do feminino e masculino não são constantes no tempo e espaço, são socialmente construídas em determinado contexto. Para Ventura e Kritsch (2017), "determinadas identidades sociais e relações de poder podem ser fundamentais para o modo como concebemos, produzimos e qualificamos certos tipos de conhecimento sobre o mundo" (p.39). Os gêneros possuem distintos papéis dentro da sociedade e a divisão entre o mundo privado e público, a razão e a emoção possuem perfis diferentes, sendo o mundo público e a razão associados ao homem.

Feministas denunciam essas dicotomias e o modo como impactam o conhecimento. Baseadas em Alison Jaggar, as autoras demonstram que, na tradição filosófica ocidental, as emoções são tidas como obstáculo na produção de conhecimento, essas sempre ligadas à figura da mulher. Deste modo, a mulher não era vista como ser que produz conhecimento, mantendo-a longe da ciência. Todavia, o conhecimento produzido por ela torna-se um elemento que pode romper as perspectivas tradicionais da área. Uma das ideias centrais dessa visão é de tratar a respeito de "como as pessoas são tratadas na produção e justificação do

conhecimento.”(p. 43). Faz-se necessário ressaltar que a perspectiva atribuiu o mesmo valor às pessoas e que o lugar de fala pode ser tratado de maneira não universal(Ventura e Kristch, 2017) .

A última perspectiva elucidada é o feminismo pós-moderno e as RI, pautada na compreensão de que tudo dentro da realidade é discursivamente construído, concentrando-se nas redes de pensamento e linguagem. A visão pós-moderna do feminismo apresenta um ceticismo acerca da existência de um conhecimento ou teoria completos e unificados. Esta interpretação não considera apenas o estado como o único ator central e muito menos que suas ações, regras e normas são legítimas e imparciais. E o gênero são termos sociais que estão imersos dentro de normas sociais e em redes de estrutura de poder. Ventura e Kristch explicam:

“O significado dos signos, entre os quais destacam-se as palavras, é resultado da sua relação com outros signos que, juntos, conformam certo sistema de discurso. Outro ponto importante: os signos e seus significados não são válidos em qualquer tempo ou lugar, além de serem necessariamente relacionais. Importa ainda lembrar que, se as mesmas ideias são válidas para ações e práticas, isso quer dizer que, assim como as palavras ganham significado na sua relação com outras palavras, a ação ganha significado na sua relação com outras ações, e não por causa de algum tipo de natureza humana pré-linguística ou em virtude de qualquer “lei natural”.” (VENTURA e KRISTCH, 2017, p.45)

As agendas que abarcariam o tema do feminismo compreendem questões sobre como a relação entre Estado e o gênero afetam esta nova dimensão das Relações Internacionais, como a exploração do espaço afeta o gênero ainda que nas relações terrestres, como a colonização no espaço extraterrestre podem evidenciar distintas posições entre o gêneros e até mesmo o fomento da igualdade entre os gêneros. O estudo ainda poderia pautar-se numa discussão sobre o papel da mulher numa fase de colonização do espaço ou sobre como o homem e a mulher dentro da interpretação da família impactaria os fenômenos globais e internacionais, ainda mais num possível processo de colonização do espaço.

A vertente feminista ainda abre espaço para as discussão sobre quem e como está desenvolvendo e produzindo conhecimento. É sabido que por muito tempo apenas o homem escreveu a história, porém nos últimos tempos a mulher tem tomado seu lugar que é por direito e, deste modo, deverá também escrever sobre o futuro. Além de tudo, é necessário lutar contra a dominação patriarcal em todos os espaços, incluindo na construção do conhecimento. Em síntese, o feminismo apresenta diversas visões e carrega consigo uma

infinidade de possibilidades para abordagem do assunto e, assim como as teorias apresentadas anteriormente, possui potencialidades com relação a teorização no que diz respeito ao *spacepower*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos diante de um período de acelerado progresso do desenvolvimento espacial com diversas figuras voltadas a conquistar algo no espaço. A inserção da iniciativa privada suscita novas questões frente à exploração/colonização do espaço extraterrestre, confrontando também os papéis dos agentes das relações internacionais que foram, até certo momento, protagonistas na história espacial. O espaço se tornou motivador primitivo para introdução de sistemas comerciais, civis, militares e científicos, estimulando também uma visão maior de expansão e de controle.

É perceptível a relevância do assunto dentro da disciplina de Relações Internacionais. Os estudiosos necessitam introduzir a arena do espaço extraterrestre cada vez mais no escopo de discussão de RI e, principalmente, das TRI. Por não haver uma única teoria geral capaz de explicar/prever/prescrever as condutas dos atores, é indispensável o exercício de aplicação das mais diversas teorias da disciplina para ampliar o saber em relação espaço extraterrestre à medida que a humanidade expande para fora do planeta. É possível, deste modo, que novas teorias sejam criadas para teorizar a expansão da humanidade no universo, visto que existem uma série irredutíveis de conhecimento, percepção e negócios que são fundamentais para a competência espacial.

O acesso ao espaço extraterrestre significa aumento de capacidades de recursos e poder e, ao passo que o acessamos, mais as relações internacionais serão afetadas na superfície terrestre. Podemos estar diante de um novo processo de colonização que pode ou não reproduzir/agravar/mitigar as consequências dos períodos expansionistas vistos na história. Os países subdesenvolvidos precisam se atentar e apressar para acompanhar esse movimento e não somente diante do escopo acadêmico.

Os países latino-americanos, por exemplo, cresceram rapidamente frente às questões de tecnologia espacial, mas dependem e continuarão a depender dos poderes hegemônicos para desenvolver tecnologia e aumentar suas capacidades. Pensar as RI fora do pensamento do *mainstream* é se deparar com questões como é até que ponto esses países crescerão com o suporte de países como EUA, Europa, China e etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A.A. Blagonravov, Editor in Chief, Collected Works of KE. Tiokovskiy, Volume II - Reactive Plying Machines, Translation of “K.E. Tsiolkovsky, Sobraniye Sochmeniy, Tom II - Reaktivnyye Letatal’nyye Apparaty,” Izdatel’stvo Akademii Nauk SSSR, Moscow, 1954, NASA IT F-237, 1965, pp. 72-1 17.

AGRIZZI, Julia Cipriano; BAROSSO, Izabela Luiza; LOUREIRO, Letícia Damasceno; CORREA, Liviane Sousa; GAMA, Aline Costalonga. Astrologia e astronomia:: os paralelos entre a crença e a ciência. **Cadernos de Astronomia**, Espírito Santo, v. 1, n. 1, p. 138-143, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/astrologia/article/view/31718#:~:text=Com%20a%20experimental%20colocada%20como,movimento%20de%20precess%C3%A3o%20da%20Terra..> Acesso em: 14 ago. 2022

ALMEIDA, Rossana. **EXPLORAÇÃO DO MEIO AMBIENTE CÓSMICO E O PROBLEMA DO LIXO NO ESPAÇO ULTRATERRESTRE: UMA EQUIPARAÇÃO ENTRE O DIREITO AMBIENTAL E O DIREITO ESPACIAL**. 2019. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16573?locale=pt_BR>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ARON, Raymond. **PAZ E GUERRA ENTRE AS NAÇÕES**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (COLEÇÃO CLÁSSICOS IPRI).

ASIMOV, Isaac. **A última pergunta**. 1956. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/30774132-A-ultima-pergunta-isaac-asimov.html>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BELKORA, Leila. **Minding the Heavens: the story of our discovery of the milky way**. 2. ed. Crc Press, 2021. 275 p.

BENNEYWORTH, Iwan. **The ‘Great Debates’ in international relations theory: E-International Relations**, 2011. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2011/05/20/the-%E2%80%98great-debates%E2%80%99-in-international-relations-theory/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

BITTENCOURT NETO, Olavo de Oliveira. **Limite vertical à soberania dos Estados: fronteira entre espaço aéreo e ultraterrestre**. 2011. Tese (Doutorado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.2.2011.tde-15052012-095902. Acesso em: 2022-11-09.

BURCHILL, Scott *et al.* **Theories of International Relations**. 3. ed. Palgrave Macmillan, 2005.

BURGESS, Colin. **THE GREATEST ADVENTURE: a history of human space exploration**. Reaktion Books, 2021.

CARUSO, Francisco; ARAÚJO, Roberto Moreira Xavier de. O Espaço em Aristóteles: da bidimensionalidade do topos às seis diastaseis que definem os animais. **Anais de Filosofia Clássica**, v. 12, n. 24, p. 18-33, 2018. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/FilosofiaClassica/article/view/22259/13990>. Acesso em: 14 ago. 2022.

CASTRO, Thales. **TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Brasília: Funag, 2012.

CENTRO DE PESQUISA JOHN H. GLENN (ed.). **Brief History of Rockets**. Disponível em: https://www.grc.nasa.gov/WWW/k-12/rocket/TRCRocket/history_of_rockets.html#:~:text=The%20date%20reporting%20the%20first,of%20a%20solid%2Dpropellant%20rocket.. Acesso em: 14 ago. 2022.

ESTADOS UNIDOS. NASA. . **The Artemis Accord: principles for a safe, peaceful, and prosperous future. Principles for a Safe, Peaceful, and Prosperous Future**. 2019. Disponível em: https://www.nasa.gov/specials/artemis-accords/img/Artemis-Accords_v7_print.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.

ELDEN, Stuart. **Terror and territory: the spatial extent of sovereignty**. U Of Minnesota Press, 2009.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. 1961. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/fanon/1961/condenados/index.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2018. (Cap. 1: A violência)

FERRO, Marc. . **A colonização explicada a todos** . São Paulo: Editora Unesp, 2017.

FROEHLICH, Annette; SORIA, Diego Alonso Amante; MARCHI, Ewerton de. **Space Supporting Latin America: latin america's emerging space middle powers**. Alemanha: Springer: Berlin/Heidelberg, 2020.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007

ANNA HEINEY (Eua). National Aeronautics And Space Administration In America (comp.). **Historical Timeline**. 2012. Disponível em: <<https://www.nasa.gov/centers/kennedy/about/history/timeline/80s-decade.html>>. Acesso em: 5 de abr. 2022.

HOLLIS, Martins; SMITH, Steve. **Explaining and understanding international relations**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1990.

IACOMINO, Clelia. **Commercial Space Exploration: potential contributions of private actors to space exploration programmes**. Switzerland: Springer, 2019.

LAL, Bhavya; NIGHTINGALE, Emily. Where is Space? And Why Does That Matter? In: **ROADMAP TO THE STARS**, 1., 2014, Florida. **Space Traffic Management Conference**. Embry-Riddle Aeronautical University, 2014. p. 1-17. Disponível em: <<https://commons.erau.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=stm>>. Acesso em: 02 out. 2021.

LOBO, Carlos Eduardo Riberi; CORTEZ, Ana Claudia Salgado. **O Programa “Guerra nas Estrelas” e o governo Reagan**. São Paulo: Cadus – Revista de História, Política e Cultura, 2015. (V.1,n.1). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/polithicult/issue/view/1409>. Acesso em: 12 set. 2022.

MCDOWELL, Jonathan C. **THE EDGE OF SPACE**: revisiting the Karman line. *Acta Astronautica*, v. 158, p. 668-677, out. 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0094576518308221>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

MORGENTHAU, Hans. **A POLÍTICA ENTRE AS NAÇÕES**: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. (Clássicos IPRI).

MURGI, Rafael. Grandes tradições teóricas em Relações Internacionais e o processo de apoio estatal à internacionalização de empresas. **Em Debate**, [S.L.], n. 9, p. 123, 30 jun. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2013n9p123>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2013n9p123>. Acesso em: 12 out 2022.

NASA. **Space Station Assembly**. 2010. Disponível em: <https://www.nasa.gov/mission_pages/station/structure/elements/partners_agreement.html>. Acesso em: 05 abr. 2022.

UNITED NATIONS, Committee on the Peaceful Uses of Outer Space. **Historical Summary on the Consideration of the Question on the Definition and Delimitation of Outer Space A/AC.1-5/769**. 2002. Disponível em: <https://www.unoosa.org/oosa/oosadoc/data/documents/2020/aac.105/aac.105769add.1_0.htm><http://www.oosa.unvienna.org/pdf/reports/ac105/AC105_769E.pdf><http://www.oosa.unvienna.org/pdf/reports/ac105/AC105_769E.pdf>. Acesso em: 04 abr.2022.

UNITED NATIONS, General Assembly. **Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, Including the Moon and Other Celestial Bodies**. 1966. Disponível em: <<http://www.unoosa.org/oosa/SpaceLaw/outerspt.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

ODUNTAN, Gbenga. **Sovereignty and Jurisdiction in Airspace and Outer Space**: legal criteria for spatial delimitation. Routledge, 2021. (Routledge Research in International Law).

PALADINI, Stefania. **The New Frontiers of Space**: economic implications, security issues and evolving scenarios. Palgrave Macmillan, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-19941-8>. Acesso em: 21 ago. 2022.

PFALTZGRAFF, Jr Robert L. **Toward a Theory of Spacepower**: Select Essays. Washington: National Defense University Press, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.

POWASKI, Ronald E.. **LA GUERRA FRIA**: estados unidos y la unión soviética, 1917-1991. Barcelona: Editorial Crítica, 2000. Tradução de JORDI BELTRAN FERRER.

BITTENCOURT NETO, Olavo de O. **Defining the Limits of Outer Space for Regulatory Purposes**. Switzerland: Springer International Publishing, 2015.

SANTOS, Álvaro Fabrício dos. **Principais acordos bilaterais firmados pelo Brasil em matéria de Espaço**. Revista Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial, vol. dez.: 28-30.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro**. 6. ed. Coimbra: Revista de Estudos Sociais e Humano, 2008. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/43227?mode=full>>. Acesso em: 22 ago. 2021.
SEVERINO, Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. – 24. ed. – São Paulo: Cortez, 2017

VENTURA, Raissa; KRITSCH, Raquel. **Relações internacionais, teorias feministas e produção de conhecimento: um balanço das contribuições recentes**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 6, n. 11, p.24-57, 23 set. 2017. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6902>>. Acesso em: 01 out. 2021.

VERNE, Julio. **Da Terra à Lua**. [livro eletrônico] / Julio Verne. – Editora Virtual Books Online M&M Editores Ltda, 2000.

WALTZ, Kenneth. **O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Addison-Wesley Publishing Company, 1979. (Addison-Wesley Series in Political Science).

WASHINGTON. John M. Logsdon. NASA (org.). **EXPLORING THE UNKNOWN: selected documents in the history of the u.s.civil space program volume: organizing for exploration**. Washington: NASA History Office, 1995. (The NASA History Series). Disponível em: <https://history.nasa.gov/SP-4407/ETUv1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022

WIGHT, Martin. **Why is there no International Theory?**. Sage Journals, 1960. 2 v. (International Relations). Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/004711786000200104#>>. Acesso em: 04 abr. 2022.